ano 08

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

18 de Novembro de 2015

Edição 172

TJSC pronto para realizar novo Mutirão de Conciliação

O Tribunal de Justiça realizará neste mês, de 23 a 27 de novembro, mais uma edição do seu Mutirão da Conciliação, no Espaço Cultural do Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis. A expectativa é atender cerca de 16 mil pessoas interessadas em buscar solução para situações de consumo que envolvem órgãos públicos e entidades privadas.

O evento integra a programação da Semana Nacional da Conciliação, promovida em todo o país pelo Conselho Nacional de Justiça. Nesta edição, o TJ contará com a parceria da Acif – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, Casan – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina, Executivo Fiscal do Município de Florianópolis – Sistema de Cobrança e Procon. Serão realizadas sessões conciliatórias durante todo o evento, no horário das 9 às 18 horas. Os usuários receberão senhas e o atendimento se dará por ordem de chegada.

"O objetivo é disseminar em todo o país a cultura da paz e do diálogo, proporcionar às partes uma experiência exitosa de conciliação, desestimular condutas que tendem a gerar conflitos, evitando-se assim o ingresso de novas demandas, bem como o acúmulo de ações de competência do primeiro grau de jurisdição na comarca da Capital", explica o desembargador Jaime Ramos, coordenador dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, que, ao lado da juíza Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, subcoordenadora dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos, atuará no comando dos trabalhos.

O TJ disponibilizará toda a estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades por parte de servidores, conciliadores e prepostos, com o objetivo de facilitar a vida dos consumidores, de forma que muitos possam voltar a ter crédito no comércio da Capital.

TJ INSTALA UNIDADES DO CEJUSC NAS COMARCAS DE PALMITOS E CATANDUVAS

As comarcas de Palmitos e Catanduvas foram beneficiadas neste mês com a instalação de unidades do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc. A juíza de 2º grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, subcoordenadora dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, esteve nos locais e comandou as respectivas solenidades que marcaram a abertura dos espaços ao público das regiões. Em Palmitos, a nova unidade dispõe de salas de atendimento e de sessão, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 12 às 19 horas. O Centro busca a solução de conflitos nas áreas pré-processual e processual, e nele funciona também o Setor de Cidadania, para atendimento e orientação ao cidadão. Em Catanduvas, os serviços oferecidos atenderão ao padrão das unidades, com salas de triagem e de sessões. "Essa é a nova visão do Poder Judiciário ante a resolução de conflitos, devendo-se, para tanto, manter o Centro com efetividade e excelência", afiançou a juíza Cinthia. O juiz Daniel Radünz, diretor do Foro e coordenador do Centro na comarca de Palmitos, destacou como papel fundamental do Cejusc a busca pela difusão da cultura da conciliação ao propor caminhos para que as pessoas resolvam seus problemas de forma amigável. "A cultura pacificadora objetiva retomar valores morais da sociedade, porque honestidade, caráter reto e dignidade são valores que devem ser urgentemente resgatados", apregoou a juíza Dominique Fernandes, diretora do Foro e coordenadora do Centro na comarca de Catanduvas. As solenidades realizadas nas comarcas reuniram as principais autoridades locais, em uma clara demonstração de prestígio ao novo modelo de justiça que começa a se espalhar pelo Estado. Já são 16 unidades do Cejusc em Santa Catarina e a perspectiva é que esse número continue em crescimento. "O Cejusc é também adequado para efetivar projetos que solidificam essa nova cultura, como a Justiça Restaurativa, prática que se expande pelo Brasil há mais de 10 anos e já coleciona resultados expressivos pela sensibilidade na mediação entre vítima e ofensor, do que poderá resultar, por exemplo, a reparação de danos emocionais", acrescentou a subcoordenadora dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

VEREDICTO
18/11/2015
PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

TJ, MP, Alesc e Estado discutem formas de garantir manutenção do Lar Legal em 2016

Os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, mais o Ministério Público, estão empenhados em garantir a continuidade do programa Lar Legal em Santa Catarina no próximo ano. Para isso, trabalham de forma conjunta em um projeto capaz de ditar novas regras que não só disciplinem a política de regularização de lotes em ocupações urbanas, mas também evitem irregularidades registradas ao longo deste ano, principalmente a partir da atuação de intermediários. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Schaefer Martins, e o coordenador do programa Lar Legal no âmbito do TJ, desembargador Lédio Rosa de Andrade, reuniram-se no último dia 12 com o presidente da Assembleia Legislativa (Alesc), deputado Gelson Merísio, o secretário estadual da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Geraldo Althoff, e o representante do Ministério Público, promotor Paulo Locatelli, para alinhavar propostas que, compiladas, devem seguir na forma de projeto de lei em busca do aval dos deputados na Alesc. A intenção é fazer com que o Lar Legal concentre seus esforços na titularidade cartorial e não na regularização fundiária - etapa que ficaria para um segundo momento, por envolver necessidade de laudos técnicos especializados e maiores recursos. O Tribunal de Justiça, de qualquer forma, sinaliza que o programa merece prioridade e acena com a possibilidade de delegar magistrados para atuação específica na área, com competência estadual, como já acontece de forma bem-sucedida na Justiça Agrária. Executivo e Legislativo, por sua vez, buscam encontrar solução para a equação que envolve também as prefeituras municipais em relação aos problemas registrados neste ano com empresas contratadas para coordenar os processos na esfera administrativa.

Conciliação virtual sem intermediários é opção para resolução de conflitos via TJSC

O Tribunal de Justiça, em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor, disponibiliza em seu novo portal na internet acesso fácil a uma ferramenta de conciliação virtual que dispensa intermediários em soluções consensuais para problemas nas relações de consumo. A plataforma consumidor.gov busca reduzir, prevenir e solucionar conflitos nas relações de consumo em todo o território nacional sem intermediação estatal, seja do Judiciário ou do Executivo. Criada em setembro de 2014, a ferramenta tem cerca de 300 empresas cadastradas e mais de 110 mil consumidores inscritos. Órgão ligado ao Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional do Consumidor apenas monitora o sistema, que coloca as partes em contato virtual e aguarda delas a busca de solução consensual. Os índices de resolutividade alcançam cerca de 80% dos casos. O presidente do TJ, desembargador Nelson Schaefer Martins, assinou termo de cooperação com a Secretaria Nacional do Consumidor durante o 37º Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), realizado em Florianópolis no 1º semestre deste ano. O desembargador Jaime Ramos e a juíza de 2º grau Janice Goulart Garcia Ubialli foram responsáveis pela organização do evento

e pela aproximação entre TJ e Governo Federal para a assinatura do termo de cooperação. Agora, com a disponibilização do novo portal, o consumidor.gov ganhou espaço próprio no site e pode ser acessado através do link "Conciliação e mediação". O site consumidor.gov.br é um serviço público criado pela Secretaria Nacional do Consumidor para solução alternativa de conflitos de consumo, por meio da internet. O serviço funciona de forma simples: consumidores registram suas reclamações, as empresas respondem e os atendimentos são monitorados de forma pública. O serviço pode ser usado pelos consumidores de todo o Brasil e permite uma comunicação direta entre fornecedores de produtos e serviços e clientes. Mas é importante dizer que o consumidor.gov.br não substitui a reclamação feita nos Procons, nem é um registro eletrônico prévio dessas reclamações. Ele visa apenas a antecipar uma possível solução. Para usar o serviço, o consumidor deve, primeiro, verificar se a empresa sobre a qual quer abrir uma reclamação consta na lista de empresas integrantes da plataforma. Como este serviço não é um canal administrativo para resolução dos conflitos, a adesão das empresas à iniciativa é voluntária. Após o cadastro do consumidor no site e o registro da reclamação, a empresa se compromete a receber, analisar e responder à queixa dentro do prazo de 10 dias. Em seguida, o consumidor tem até 20 dias para comentar a resposta recebida e classificar a demanda como resolvida ou não resolvida. Os registros das reclamações recebidas alimentam uma base de dados pública, com informações, índices de resolução dos problemas e também de satisfação dos consumidores.

OUVIDORIA JUDICIAL TEM ESPAÇO AUMENTADO

A Ouvidoria Judicial do TJ está agora em espaço ampliado e com mais conforto para o atendimento ao público. Após a realização de obras, o setor, de fácil acesso, retornou ao térreo do Tribunal de Justiça. O ouvidor judicial, desembargador Salim Schead dos Santos, disse que as melhorias são resultado do apoio da atual administração do Judiciário catarinense. Um detalhe apontado por Schead é o registro não apenas de reclamações mas também de elogios na à Ouvidoria, tanto a magistrados quanto a servidores. A maior parte dos atendimentos é feita por e-mail ou pelo formulário disponibilizado no site, meios que em 2014 ultrapassaram o percentual de 70% das 1867 demandas. Os pedidos de informação e reclamações somaram o total de 827 e 863 manifestações, respectivamente. Mesmo em menor número, os elogios foram ressaltados pelo desembargador, sobretudo casos de reconhecimento ao trabalho da 1ª Turma de Recursos da Capital, em relação à qual um advogado destacou o fato de ter interposto um recurso que iniciou e foi finalizado em 50 dias. Ou mesmo de magistrado da comarca de Içara, reconhecido em manifestação à Ouvidoria pela forma com que atende aos advogados. Registro similar em relação a servidores, como uma conciliadora que atua no Juizado Especial Cível de Santo Antônio de Lisboa, elogiada por realizar acordos com segurança e agilidade, mediante bom relacionamento com as partes. Os servidores de Itapema também foram alvo de reconhecimento por parte dos advogados.

Veredicto é o boletim eletrônico do TJSC. Presidente: Des. Nelson Schaefer Martins. 1º Vice-Presidente: Des. Torres Marques. Corregedor-Geral da Justiça: Des. Luiz Cézar Medeiros. Jornalista responsável: Ângelo Medeiros (SC445-JP). Textos: Américo Wisbeck, Ângelo Medeiros, Daniela Pacheco, Sandra de Araújo. Fotos: Assessoria de Imprensa e Arquivo Pessoal. Diagramação: Guilherme Wolff. Revisão: Gabriel Ferri. E-mail: ai@tjsc.jus.br